



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº /2020.
(Do Sr. Deputado Paulão)

Dispõe sobre prevenção e repressão ao desaparecimento forçado de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o desaparecimento forçado de pessoas cometido no território nacional contra vítima brasileira ou estrangeira e no exterior contra vítima brasileira.

Parágrafo único. O enfrentamento ao desaparecimento forçado de pessoas compreende a prevenção e a repressão desse delito, bem como a atenção às suas vítimas e aos seus familiares.

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 2º O enfrentamento ao desaparecimento forçado de pessoas atenderá aos seguintes princípios:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;
- III - universalidade, indivisibilidade e interdependência;
- IV - atenção integral às vítimas e aos seus familiares;
- V - proteção integral da criança e do adolescente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º O enfrentamento ao desaparecimento forçado de pessoas atenderá às seguintes diretrizes:

- I - fortalecimento do pacto federativo, por meio da atuação integrada das esferas de governo no âmbito das respectivas competências;
- II - articulação com organizações governamentais e não governamentais nacionais e internacionais;
- III - incentivo à participação da sociedade civil em instâncias de controle social e das entidades de classe ou profissionais na discussão das políticas sobre o desaparecimento forçado de pessoas;
- IV - estruturação da rede de enfrentamento ao desaparecimento forçado de pessoas, envolvendo todas as esferas de governo e organizações da sociedade civil;
- V - estímulo à cooperação internacional;
- VI - incentivo à realização de estudos e pesquisas e ao seu compartilhamento;
- VII - gestão integrada para coordenação da política e dos planos nacionais de enfrentamento ao desaparecimento forçado de pessoas.

CAPÍTULO II

DA PREVENÇÃO AO DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS

Art. 4º A prevenção ao desaparecimento forçado de pessoas dar-se-á por meio:

- I - da implementação de medidas intersetoriais e integradas nas áreas de saúde, educação, trabalho, segurança pública, justiça, turismo, assistência social, desenvolvimento rural, esportes, comunicação, cultura e direitos humanos;
- II - de campanhas socioeducativas e de conscientização, considerando as diferentes realidades e linguagens;
- III - de incentivo à mobilização e à participação da sociedade civil; e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

IV - de incentivo a projetos de prevenção ao desaparecimento forçado de pessoas.

CAPÍTULO III

DA REPRESSÃO AO DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS

Art. 5º A repressão ao desaparecimento forçado de pessoas dar-se-á por meio:

- I** - da cooperação entre órgãos do sistema de justiça e segurança, nacionais e internacionais;
- II** - da integração de políticas e ações de repressão ao crime de desaparecimento forçado, a outros crimes correlatos e da responsabilização dos seus autores;
- III** - da formação de equipes conjuntas de investigação.

CAPÍTULO IV

DA PROTEÇÃO E DA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS E AOS SEUS FAMILIARES

Art. 6º A proteção e o atendimento à vítima do desaparecimento forçado e aos seus familiares compreendem:

- I** - assistência jurídica, social, de trabalho e emprego e de saúde;
- II** - acolhimento e abrigo provisório;
- III** - atenção às suas necessidades específicas, especialmente em relação a questões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, raça, religião, faixa etária, situação migratória, atuação profissional, diversidade cultural, linguagem, laços sociais e familiares ou outro status;
- IV** - atendimento humanizado;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 1º No exterior, a assistência imediata a vítimas brasileiras estará a cargo da rede consular brasileira e será prestada independentemente de sua situação migratória, ocupação ou outro status.

§ 2º A assistência à saúde prevista no inciso I deste artigo deve compreender os aspectos de recuperação física e psicológica da vítima.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS

Art. 7º. O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 13-C:

"Art. 13-C. Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao desaparecimento forçado de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, sinal significa posicionamento da estação de cobertura, setorização e intensidade de radiofrequência.

§ 2º Na hipótese de que trata o caput, o sinal:

I - não permitirá acesso ao conteúdo da comunicação de qualquer natureza, que dependerá de autorização judicial, conforme disposto em lei;

II - deverá ser fornecido pela prestadora de telefonia móvel celular por período não superior a 30 (trinta) dias, renovável por uma única vez, por igual período;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

III - para períodos superiores àquele de que trata o inciso II, será necessária a apresentação de ordem judicial.

§ 3º Na hipótese prevista neste artigo, o inquérito policial deverá ser instaurado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do registro da respectiva ocorrência policial.

§ 4º Não havendo manifestação judicial no prazo de 12 (doze) horas, a autoridade competente requisitará às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso, com imediata comunicação ao juiz.”

Art. 8º. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 149-B:

“Desaparecimento Forçado de Pessoas

“**Art. 149-B.** constitui crime de desaparecimento forçado a prisão, a detenção, o sequestro ou qualquer outra forma de privação de liberdade que seja perpetrada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas agindo com a autorização, apoio ou aquiescência do Estado, e a subsequente recusa em admitir a privação de liberdade ou a ocultação do destino ou do paradeiro da pessoa desaparecida, privando-a assim da proteção da lei.

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem ordena, autoriza, consente ou de qualquer forma atua para encobrir, ocultar ou manter ocultos os atos definidos neste artigo, inclusive deixando de prestar informações ou de entregar documentos que permitam a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

localização da vítima ou de seus restos mortais, ou mantém a pessoa desaparecida sob sua guarda, custódia ou vigilância.

§ 2º Para efeitos deste artigo, considera-se manifestamente ilegal qualquer ordem, decisão ou determinação de praticar o desaparecimento forçado de uma pessoa ou ocultar documentos ou informações que permitam a sua localização ou a de seus restos mortais.

§ 3º Ainda que a privação de liberdade tenha sido realizada de acordo com as hipóteses legais, sua posterior ocultação ou negação ou a ausência de informação sobre o paradeiro da pessoa, é suficiente para caracterizar o crime.

Desaparecimento forçado qualificado

§ 4º Se houver emprego de tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou se do fato resultar aborto ou lesão corporal de natureza grave ou gravíssima: Pena – reclusão, de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) anos, e multa.

§ 5º Se resulta morte: Pena – reclusão, de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, e multa.

§ 6º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até 1/2 (metade):

I – se o desaparecimento durar mais de 30 (trinta) dias;

II – se o agente for funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las;

III – se a vítima for criança ou adolescente, idosa, portadora de necessidades especiais ou gestante ou tiver diminuída, por qualquer causa, sua capacidade de resistência.

IV – se o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

V – se a vítima do desaparecimento forçado for retirada do território nacional.”

Colaboração premiada

§ 7º Poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, conceder a redução da pena, de um a dois terços, ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que essa colaboração contribua fortemente para a produção dos seguintes resultados:

I – a localização da vítima com a sua integridade física preservada; ou

II – a identificação dos demais coautores ou partícipes da ação criminosa e das circunstâncias do desaparecimento.

§ 8º Os delitos previstos neste artigo são imprescritíveis.

§ 9º A lei brasileira será aplicada nas hipóteses da Parte Geral deste Código, podendo o juiz desconsiderar eventual perdão, extinção da punibilidade ou absolvição efetuadas no estrangeiro, se reconhecer que tiveram por objetivo subtrair o acusado à investigação ou responsabilização por seus atos ou que foram conduzidas de forma dependente e parcial, que se revele incompatível com a intenção de submeter a pessoa à ação da justiça. Consumação do desaparecimento

§ 10. Os delitos previstos neste artigo são de natureza permanente e são consumados de forma contínua enquanto a pessoa não for libertada ou não for esclarecida sua sorte, condição e paradeiro, ainda que ela já tenha falecido.”

Art. 9º. O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 1º



CÂMARA DOS DEPUTADOS

VIII – desaparecimento forçado de pessoa (art. 149-B).
.....” (NR)

CAPÍTULO VI **DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO AO** **DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS**

Art. 10. É instituído o Dia Nacional de Enfrentamento ao Desaparecimento Forçado de Pessoas, a ser comemorado, anualmente, em 30 de agosto.

Art. 11. Serão adotadas campanhas educativas nacionais de enfrentamento ao desaparecimento forçado de pessoas, a serem divulgadas em veículos de comunicação e nas redes sociais, visando à conscientização da sociedade sobre essa grave violação de direitos humanos.

CAPÍTULO VII **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo dados coligidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em estudo encomendado pelo Comitê internacional da Cruz Vermelha (CICV), no Brasil entre os 2007 a 2016, foram registrados 693.076 boletins de ocorrência por desaparecimento.

São 8 (oito) desaparecimentos por hora nos últimos 10 anos, segundo a mencionada pesquisa. Em 2015 foram 86.169 casos de desaparecimento registrados e 71.796 em 2016 nas 27 unidades da federação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O desaparecimento forçado de pessoas é uma das mais hediondas espécies de violação de direitos humanos, pela sua capacidade de impingir de modo continuado sofrimento, angústia, danos psicológicos e incertezas aos familiares das vítimas e a comunidade que a cercam.

Trata-se de uma das questões humanitária mais premente no mundo, foco de crescente preocupação de organismos internacionais, a exemplo do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

O dever dos Estados de prevenir que as pessoas desapareçam, bem como buscar e localizar as pessoas desaparecidas e adotar políticas para atenção integral em relação às necessidades dos seus familiares é amplamente reconhecida pelo Direito Internacional Humanitário e pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, foi aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, entrando em vigor em dezembro de 2010, a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado. O Brasil promulgou a Convenção por meio do decreto nº 8.767, de 2016 e atualmente mais de cem países já assinaram a convenção.

A despeito da promulgação da Convenção pelo Estado Brasileiro e a magnitude do desaparecimento de pessoas no país, expressa nos números alarmantes do estudo do FBSP, o Brasil ainda não tipificou o delito do desaparecimento forçado, caracterizando o desaparecimento forçado como crime, previsto no Código Penal.

Esse ano, no Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimento Forçado, instituído desde 2011 pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 30 de agosto, a coalização de organizações de direitos humanos e segurança pública: Fórum Grita Baixada, tentou chamar a atenção para a falta de caracterização do crime no Brasil.

O presente Projeto de Lei, que ora submeto ao crivo de Vossas Excelências, dispõe sobre a prevenção e repressão ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

desaparecimento forçado de pessoas, dispondo de medidas de atenção aos direitos humanos das vítimas e de seus familiares, alterando o Código Penal para tipificar o crime de desaparecimento forçado de pessoas e o Código de Processo Penal, para incluir dispositivos processuais essenciais para a prevenção e a repressão ao desaparecimento forçado de pessoas no Brasil, bem como modificando a Lei de Crimes Hediondos para incluí-lo no rol daqueles crimes abjetos que merecerem uma severa reprimida legal.

É imprescindível o país tipificar o crime de desaparecimento forçado, esse crime de lesa humanidade. A sua tipificação, prevista no Projeto de Lei, é fundamental para um diagnóstico desse fenômeno cruel, servindo como instrumento para a elaboração de políticas públicas específicas visando o seu enfrentamento eficaz.

O texto do Projeto de Lei se harmoniza com a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, ao adotar o seu conceito de desaparecimento forçado.

Ademais, as diretrizes, os princípios, as medidas de prevenção e repressão ao desaparecimento forçado de pessoas, os dispositivos de proteção e assistência integral às vítimas e aos seus familiares, bem como as campanhas educativas sobre o tema, previstas no texto do Projeto de Lei, conformam um conjunto robusto de iniciativas de cumprimento das obrigações internacionais assumidas soberanamente pelo Estado Brasileiro, quando da aprovação, pelo Congresso Nacional, em 1º de setembro de 2010, da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.

Por fim, o PL abraça, acolhe e atende os reclamos de milhares de famílias brasileiras que tiveram seu ente querido vitimado por essa abominável forma de violação de direitos humanos: o desaparecimento forçado de pessoas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em nome dessas famílias, que segundo os evangelhos, são bem-aventuradas, pois tem sede e fome de justiça, que espero contar com a pronta acolhida a essa iniciativa legislativa.

Sala das Sessões, em ____ de novembro de 2020.

Dep. Paulão PT/AL

Apresentação: 19/11/2020 18:21 - Mesa

PL n.5215/2020

Documento eletrônico assinado por Paulão (PT/AL), através do ponto SDR_56170, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

LexEdit



* C D 2 0 4 9 0 5 3 3 7 0 *



Projeto de Lei **(Do Sr. Paulão)**

Dispõe sobre prevenção e repressão ao desaparecimento forçado de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos).

Assinaram eletronicamente o documento CD204905333700, nesta ordem:

- 1 Dep. Paulão (PT/AL)
- 2 Dep. Célio Moura (PT/TO)
- 3 Dep. Enio Verri (PT/PR)
- 4 Dep. João Daniel (PT/SE)
- 5 Dep. Professora Rosa Neide (PT/MT)
- 6 Dep. Paulo Teixeira (PT/SP)
- 7 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)
- 8 Dep. Helder Salomão (PT/ES)
- 9 Dep. Padre João (PT/MG)
- 10 Dep. Frei Anastacio Ribeiro (PT/PB)
- 11 Dep. Waldenor Pereira (PT/BA)
- 12 Dep. Pedro Uczai (PT/SC)
- 13 Dep. Erika Kokay (PT/DF)
- 14 Dep. Leonardo Monteiro (PT/MG)
- 15 Dep. Vander Loubet (PT/MS)
- 16 Dep. Alencar Santana Braga (PT/SP)
- 17 Dep. Zé Carlos (PT/MA)
- 18 Dep. José Guimarães (PT/CE)
- 19 Dep. Gleisi Hoffmann (PT/PR)

- 20 Dep. Marcon (PT/RS)
- 21 Dep. Rejane Dias (PT/PI)
- 22 Dep. Margarida Salomão (PT/MG)
- 23 Dep. Jorge Solla (PT/BA)
- 24 Dep. Nilto Tatto (PT/SP)
- 25 Dep. Airton Faleiro (PT/PA)
- 26 Dep. Rogério Correia (PT/MG)
- 27 Dep. Valmir Assunção (PT/BA)
- 28 Dep. Merlong Solano (PT/PI)
- 29 Dep. Vicentinho (PT/SP)
- 30 Dep. Paulo Pimenta (PT/RS)
- 31 Dep. José Ricardo (PT/AM)